



Vila Verde  
Município

## CADERNO DE ENCARGOS

**Aquisição de software especializado em gestão de coleções de museus  
para o Centro Interpretativo do Artesanato em Cerâmica de Prado**

**Aprovado.**

A Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde,

---

## **Parte I**

### **Do contrato**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de software especializado em gestão de coleções de museus para o Centro Interpretativo do Artesanato em Cerâmica de Prado, nas quantidades e condições previstas no mapa de quantidades e no Caderno de Encargos.

#### **Artigo 2.º**

##### **Definições**

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

**CCP** – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual.

**Contrato** – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos.

**Órgão competente para a decisão de contratar** – Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde.

**Entidade Adjudicante** – Município de Vila Verde;

**Adjudicatário** – Entidade a quem se adjudica a execução do contrato.

#### **Artigo 3.º**

##### **Forma e documentos contratuais**

1- O contrato será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

2- Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

#### **Artigo 4.º**

##### **Duração do contrato**

O prazo previsível de execução do contrato é até 31 de maio de dois mil e vinte e cinco.

#### **Artigo 5.º**

##### **Obrigações do adjudicatário**

1- O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2- Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;

b) Prestar os serviços à entidade adjudicante, conforme as especificações do presente caderno de encargos;

c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;

d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestações dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

e) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;

f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

g) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

## **Artigo 6.º**

### **Obrigações da entidade adjudicante**

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

## **Artigo 7.º**

### **Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

## **Artigo 8.º**

### **Alterações ao contrato**

- 1- Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2- A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
- 3- O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
- 4- A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

## **Artigo 9.º**

### **Cessão da posição contratual**

- 1- Não é permitida a cessão da posição contratual sem autorização prévia do Município de Vila Verde.
- 2- A cessão da posição contratual obedece ao disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.

## **Artigo 10.º**

### **Subcontratação**

- 1- O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.

2- Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.

3- Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela execução do contrato.

#### **Artigo 11.º**

##### **Preço base**

1- O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de **23.804,00 €** (não inclui imposto sobre o valor acrescentado).

2- O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### **Artigo 12.º**

##### **Preço e condições de pagamento**

1- A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2- O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 30 dias.

#### **Artigo 13.º**

##### **Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

#### **Artigo 14.º**

##### **Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

#### **Parte II**

##### **Especificações técnicas**

#### **Artigo 15.º**

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1- O adjudicatário obriga-se a fornecer os bens e prestar os serviços à entidade adjudicante em conformidade com as especificações do presente caderno de encargos.

2- Os bens e serviços objeto do contrato devem ser prestados de acordo com os fins a que se destinam.

3- O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens e serviços objeto do contrato que existam no momento em que lhe são prestados.

#### **Artigo 16.º**

##### **Especificações Técnicas**

1 - Os bens e serviços a fornecer são os constantes do mapa de quantidades em anexo.

2 - As especificações técnicas, são as constantes no referido mapa de quantidades em anexo e também disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação.

3- Todos estes serviços terão de ser efetuados em articulação com o Município de Vila Verde, assistindo a esta entidade o direito de solicitar as correções ao conteúdo que entenda serem convenientes.

#### **Artigo 17º**

##### **Local e Prazo**

Centro Interpretativo do Artesanato em Cerâmica – Vila de Prado até 31 de maio de dois mil e vinte e cinco.

#### **Artigo 19.º**

##### **Garantia**

O prazo mínimo de garantia é de dois anos.

#### **Parte III**

##### **Disposições 20.º**

##### **Sanções**

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, em valor correspondente, no máximo, a 20% do preço contratual.

#### **Artigo 21.º**

##### **Resolução sancionatória por incumprimento contratual**

1- O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato.

2- A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

## **Artigo 22.º**

### **Comunicações e notificações**

1- Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.

2- Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Município de Vila Verde

Praça do Município

4730-733 Vila Verde

À atenção de:

Divisão de Educação

E-mail: [emanuel.guimaraes@cm-vilaverde.pt](mailto:emanuel.guimaraes@cm-vilaverde.pt)

## **Artigo 22.º**

### **Cláusula arbitral e foro competente**

Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido será dirimido no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

## **Artigo 24.º**

### **Direito aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP.

---

## ANEXO I – Mapa de Quantidades dos Bens e Serviços adquirir

Artigo	Descrição	Quantidade
1	Fornecimento e instalação de software especializado para gestão de coleções de museus: licença de utilização vitalícia sem limite de utilizadores; alojamento na infraestrutura do Município de Vila Verde; capacidade de gestão mínima de 3 núcleos dependentes; módulo de gestão de coleções (património móvel, imóvel, imaterial, documental, multimédia); módulo de administração; módulo Web para o público (informações sobre o museu, pesquisa de inventário e georreferênciação do património com apresentação em mapa, exposições virtuais, divulgação de eventos, criação de roteiros); módulo de partilha de dados através de protocolo OAI-PMH; cumprimento das diretrizes WCAG 2.0 AA. Inclui: serviço de consultoria e implementação; instalação e configuração do software; adaptação da identidade gráfica; formação de utilizadores; manutenção e assistência durante 1 ano. Deve incluir todos os licenciamentos de software necessários, incluindo Sistema Operativo, eventual sistema de base de dados e outras licenças de utilização de software proprietário.	1
1	Fornecimento e instalação de extensão do disco para alojamento de software: 3 discos rígidos de 3.84 TB cada para storage Lenovo ThinkSystem de 4000H.	1